



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS

Nº do Termo: 5613 - Eletrônico -/2025 1320.01.0070232/2023-78

Termo de Doação que entre si celebram o Estado de  
Minas Gerais, por intermédio da **Secretaria de Estado de Saúde,**  
**e o Município de Paineiras.**

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Saúde**, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.715.516/0001-88, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, n.º 4.143, 12º andar - Prédio Minas - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900, neste ato representada pelo seu Subsecretário de Vigilância em Saúde, **Sr. Eduardo Campos Prosdocimi**, CPF \*\*\*.504.406-\*\*, doravante denominado **DOADOR** e o **Município de Paineiras**, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.296.673/0001-04, com sede na Praça Terezinha de Vargas Mendonça, s/nº, Centro, Paineiras/MG, CEP 35.622-000, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. Osman de Castro Menezes**, doravante denominado **DONATÁRIO**, resolvem celebrar o presente Termo de Doação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 22.812/2017, Decreto Estadual nº 47.622/2019, Resolução SEPLAG nº 37/2010 e nos termos abaixo discriminados.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

**1.1.** Constitui(em) objeto(s) do presente termo a doação, pelo **DOADOR**, em caráter definitivo e sem encargos, ao **DONATÁRIO**, do(s) material(is) constante(s) do Quadro de Detalhamento de Item(ns) doado(s).

**1.2.** O(s) bem(ns) foi(ram) vistoriado(s) pelo **DONATÁRIO**, que o(s) aceita no estado em que se encontra(m).

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO E FINALIDADE DA DOAÇÃO:

**2.1.** A presente doação justifica-se para fins e uso de interesse social, quais sejam, a distribuição de material necessário ao desempenho das atividades exercidas pelo beneficiário, e tem como finalidade para atendimento as atividades de Controle de Vetorial para Arboviroses.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

**3.1.** Para efeito contábil, o valor total do(s) material(s) doado(s) é de R\$ 1.604,91 (um mil seiscentos e quatro reais e noventa e um centavos), conforme informações extraídas do controle patrimonial do **DOADOR**.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:

#### 4.1. DO DONATÁRIO:

**4.1.1.** Utilizar o(s) material(is) doado(s) exclusivamente para fins e uso de interesse social, de acordo com a cláusula segunda, do presente termo, não podendo ser utilizado(s) para atendimento a serviços privados, conveniados ou contratados.

**4.1.2.** Deverá ser providenciado o registro definitivo do(s) material(s) em seu patrimônio ou estoque em um prazo de até 60 (sessenta) dias após seu efetivo recebimento.

**4.1.3.** Adotar as medidas necessárias à regularização da documentação do(s) material(s) doado(s) junto ao órgão competente e suportar quaisquer ônus financeiros decorrentes da doação:

**4.1.3.1.** Em se tratando de veículo, deverá registrá-lo(s) junto ao órgão de trânsito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme determina o §1º do art. 123 da Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1.997 – CTB ou, nos casos que a legislação especial prever, prazo diferencial.

**4.1.3.2.** No(s) caso(s) de veículo(s) novo(s), nacional(s) ou importado(s), deverá registrar e licenciar, em seu nome, junto ao órgão de trânsito do município, no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos à data de saída do(s) veículo(s), constante da nota fiscal ou documento alfandegário correspondente, do pátio da fábrica, da indústria encarregadora ou concessionária e do Posto Alfandegário, conforme determina a Resolução CONTRAN nº 911 de 28/03/2022.

**4.1.4.** Em se tratando de material permanente, deverá ser mantida placa de patrimônio, quando fornecida pelo **DOADOR**, juntamente com a placa de patrimônio do **DONATÁRIO**, permitindo a identificação do(s) material(s) pelo **DOADOR** durante toda sua vida útil.

**4.1.5.** O **DONATÁRIO** não poderá negociar o(s) material(s) sobre qualquer forma, salvo após a análise da fonte do recurso e autorização expressa pelo **DOADOR**, especialmente tanto à alienação, locação, empréstimo e permuta, devendo a qualquer tempo, disponibilizá-lo para inspeção, ficando vedada a sua utilização em atividade promocional em favor de quem quer que seja especialmente a candidato a cargo eletivo ou partido político e a inserção de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores, bem como a veiculação de propaganda.

**4.1.5.1.** Excepcionalmente no caso da alienação por venda, autorizada previamente pelo **DOADOR**, os recursos auferidos deverão ser aplicados para a mesma finalidade que da doação.

**4.1.6.** Em se tratando de veículo(s), deverá ser mantida a sua caracterização original, bem como deverá ser providenciada, obrigatoriamente, em local visível, a inscrição “Veículo a serviço e sob a responsabilidade do **DONATÁRIO**”; em caso de doação entre administração direta e indireta ou entre entidades da administração indireta, deverá ser providenciada a plotagem e adesivagem de acordo com o modelo adotado pelo Estado.

**4.1.7.** Receber o bem doado, mediante assinatura de Termo de Entrega e Recebimento.

**4.1.8.** O **DONATÁRIO** deverá preencher e encaminhar ao **DOADOR** “Relatório de Utilização do Material Dado” na periodicidade prevista no “Plano de Acompanhamento da Doação”, conforme previsto na Cláusula Nona.

#### 4.2. DO DOADOR:

**4.2.1.** Disponibilizar ao **DONATÁRIO** o(s) material(s) relacionado(s) no Quadro de Detalhamento de Item(s) doados;

**4.2.2.** Promover a baixa contábil do(s) material(s);

**4.2.3.** Acompanhar a correta utilização do(s) material(s) segundo a finalidade estabelecida na Cláusula Segunda;

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DA REVOGAÇÃO, DO DISTRATO E DAS PENALIDADES:

**5.1.** A não utilização do(s) material(is) relacionado(s) como objeto(s) da doação para as finalidades estabelecidas na Cláusula Segunda, o descumprimento de quaisquer das obrigações pactuadas, bem como a não retirada do bem pelo **DONATÁRIO**, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias (Lei Estadual nº 22.812/2017), importará na revogação unilateral da doação, com a consequente reversão do(s) material(is) ao **DOADOR**, sem a necessidade de qualquer outra medida judicial ou extrajudicial e sem que caiba ao donatário indenização de qualquer natureza.

**5.2.** A qualquer momento, o **DOADOR** poderá solicitar ao **DONATÁRIO** relatório de utilização do objeto doado, a fim de comprovar que o **DONATÁRIO** está atendendo aos preceitos da **CLÁUSULA QUARTA**.

**5.3.** O presente instrumento de doação poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do **DOADOR**, quanto do **DONATÁRIO**, mediante prévia manifestação da Assessoria Jurídica ou unidade equivalente do **DOADOR**.

**5.4.** Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nesta cláusula, o **DONATÁRIO** deverá devolver o(s) material(s) doado(s), no prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação efetuada pelo **DOADOR**, arcando com os custos da devolução e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s) mesmo(s).

**5.4.1.** O valor, a natureza e a extensão da depreciação serão apurados em processo administrativo específico, observados o contraditório e ampla defesa.

**5.4.2.** Constituído o débito em favor do **DOADOR**, nos termos Cláusula 5.4.1, caberá ao **DOADOR** a adoção das medidas judiciais e administrativas cabíveis.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES:**

**6.1.** O **DOADOR** não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, bem como pela evicção do (s) material (s) doado (s), ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual.

**6.2.** Quaisquer ônus e responsabilidades que recaiam sobre o(s) material(s) ou decorram de sua utilização a partir da data de assinatura deste Termo são de inteira responsabilidade do **DONATÁRIO**, não recaindo sobre o Estado de Minas Gerais, ainda que subsidiariamente.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DOCUMENTAL:**

**7.1.** O presente Termo deverá ser arquivado por ambas as partes para controle e informação, devendo ser disponibilizado, caso seja necessário, para conferência e auditoria, por, no mínimo, 05 (cinco) anos.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:**

**8.1.** Incumbirá ao **DOADOR** divulgar o presente instrumento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO:**

**9.1.** O **DONATÁRIO** encaminhará à **Unidade Regional de Saúde de Sete Lagoas (URSSET)**, responsável pelo acompanhamento da presente doação, por meio eletrônico, a cada período de tempo definido no "**Plano de Acompanhamento da Doação**" (125450835), a partir da entrega do (s) bem (ns), "**Relatório de Utilização do Material Dado**", conforme modelo, a fim de comprovar a aplicação do (s) material (is) transferido (s) às finalidades constantes na Cláusula Segunda deste termo.

**9.2.** O não envio do Relatório a que se refere o item 9.1, no prazo apropriado, também poderá implicar na consequência a que se refere a Cláusula Quinta deste instrumento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**10.1.** A eficácia desta doação fica condicionada à tradição do(s) material(s).

**10.2.** Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

**11.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões que porventura venham a surgir em função do presente termo.

E, por estarem justas e acertadas, assinam eletronicamente o presente instrumento.

**Osman de Castro Menezes**  
Prefeito do Município de Paineiras

**Eduardo Campos Prosdocimi**  
Subsecretário de Vigilância em Saúde

QUADRO DE DETALHAMENTO DE MATERIAL(AIS) DOADO(S)						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO	E/C (Conforme o SIAD)	FONTE DO RECURSO	VALOR
1	Bomba Costal Pulverização motorizada	1	52801004	Bom	Convênio 4291	R\$ 1.604,91
TOTAL						R\$ 1.604,91

*\*E/C = Estado de Conservação*



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Campos Prosdocimi, Subsecretário(a)**, em 06/11/2025, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Osman de Castro Menezes, Usuário Externo**, em 07/11/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **125290011** e o código CRC **6796DC6A**.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2025.

Coordenação de Formalização de Transferência de Bens - Secretaria de Estado de Saúde - Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - CEP 31630-900 - Belo Horizonte - MG





Extrato: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 9454416/2025. SEI: 2010 01 0012401/2025-90. Contratada: Homace Comércio de Material Médico Hospitalar LTDA. Objeto: Alterar. Dot. Orç.: 2011 10 302 088 4231 0001 339030 10 0 50 1. Base Legal: Art.124, II da Lei Federal nº 14.133/21 - Contratada: Vitor Hugo Rodrigues Mombach. Diretor: Felipe Gonçalves Declie Fagioli.

Extrato: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 9441764/2024. SEI: 2010 01 0033560/2024-33. Contratada: Locação - Bernadete Bastos Empreendimentos Imobiliário Ltda. Objeto: Renovar. Vigência: 08/11/2025 a 08/11/2026. Valor: R\$ 67.200,00. Dot. Orç.: 2011 10 122 705 2039 0001 339039 20 0 50 1. Base Legal: Art. 57, I e §2º c/c Art.65 e §2º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e Art.65, II, da referida Lei Federal para alteração de endereço. Contratado: Bernadete Bastos Empreendimentos Imobiliário Ltda - Assessor: Carla Maria Santos Corrêa.

7 cm -10 2146058 - 1

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

Extrato: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 9440802/2024. SEI: 2010 01 0018363/2024-42. Contratada: Locação - Maurício José Gomide & CIA Ltda. Objeto: Renovar. Vigência: 09/11/2025 a 09/11/2026. Valor: R\$ 20.204,16. Dot. Orç.: 2011 10 122 705 2039 0001 339039 20 0 50 1. Base Legal: Art. 105, c/c 106 da Lei Federal 14.133/21. Contratado: Maurício José Gomide e Erico Hosken Gomide - Assessor: Carla Maria Santos Corrêa.

2 cm -10 2146145 - 1

## Minas Gerais Administração e Serviços S.A - MGS

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato nº J.076.0.2025, Partes: MGS e CONSÓRCIO ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA, CNPJ nº 10.426.715/0001-64. Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de VALE-TRANSPORTE, através de créditos eletrônicos, cessão de uso de cartão de vale transporte e a prestação de serviço de carga a bordo de créditos eletrônicos na Região Metropolitana do município de Belo Horizonte. Vigência: 12 meses a contar de 22/11/2025. Valor: R\$ R\$ 54.453.854,82. Assinatura: 10/11/2025.

2 cm -10 2146495 - 1

## Secretaria de Estado de Saúde

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

COMETIDAS POR FORNECEDORES

O Diretor de Planejamento e Aquisição de Medicamentos da SES, no uso da competência atribuída pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES/MG nº 7.353/2020, com fundamento nas razões constantes no Parecer Técnico SES/SUBASS-SAF-DPAM nº. 42/2025 (123437689); (Processo SEI nº 1320.01.0153571/2025-28), DECIDE instaurar Processo Administrativo Punitivo nº 018/2025-DPAM, em desfavor de BLAU FARMACEUTICA S/A - CNPJ: 58.430.828/0001-60.

A demandada poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação a ser encaminhada por via postal, apresentar Defesa Prévia por petição escrita, acompanhada de todas as provas inerentes - SOB PENA DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

COMETIDAS POR FORNECEDORES

A Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores - CAIF, no uso da competência atribuída pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES/MG nº 7.353/2020, com fundamento nas razões constantes no Termo de Encerramento Processual SES/SUBGF-SILC-CAIF nº. 39/2025 (126718392); PAP nº 015/2022-NJS - (Processo SEI nº 1320.01.0138660/2021-87), em desfavor da GLOBAL HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 12.047.164/0001-53, faz tornar público o ENCERRAMENTO do processo.

Diante do exposto, dá-se por encerrada a tramitação do feito nesta Comissão, sugerindo-se remessa dos autos à Advocacia-Geral do Estado, para providências nos termos do Art. 45, §2º do Decreto Estadual nº 46.668 de 15 de dezembro de 2014.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

COMETIDAS POR FORNECEDORES

A Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores - CAIF, no uso da competência atribuída pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES/MG nº 7.353/2020, com fundamento nas razões constantes no Termo de Encerramento Processual SES/SUBGF-SILC-CAIF nº. 41/2025 (126722993); PAP nº 011/2017 (PMVG) - (Processo SEI nº 1320.01.0061020/2019-09), em desfavor da HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA - CNPJ: 26.921.908/0001-21, faz tornar público o ENCERRAMENTO do processo.

Diante do exposto, dá-se por encerrada a tramitação do feito nesta Comissão, sugerindo-se remessa dos autos à Advocacia-Geral do Estado, para providências nos termos do Art. 45, §2º do Decreto Estadual nº 46.668 de 15 de dezembro de 2014.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

COMETIDAS POR FORNECEDORES

A Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores - CAIF, no uso da competência atribuída pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES/MG nº 7.353/2020, com fundamento nas razões constantes no Termo de Encerramento Processual SES/SUBGF-SILC-CAIF nº. 43/2025 (126778440); PAP nº 042/2019 - (Processo SEI nº 1320.01.0151675/2019-22), em desfavor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - CNPJ: 34.028.316/0015-09, faz tornar público o ENCERRAMENTO do processo.

Diante do exposto, dá-se por encerrada a tramitação do feito nesta Comissão, sugerindo-se remessa dos autos à Advocacia-Geral do Estado, para providências nos termos do Art. 45, §2º do Decreto Estadual nº 46.668 de 15 de dezembro de 2014.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

COMETIDAS POR FORNECEDORES

A Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores - CAIF, no uso da competência atribuída pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES/MG nº 7.353/2020, com fundamento nas razões constantes no Termo de Encerramento Processual SES/SUBGF-SILC-CAIF nº. 44/2025 (126778716); PAP nº 001/2021-DVAT - (Processo SEI nº 1320.01.0050154/2020-60), em desfavor da MULTIFARMA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 21.681.325/0001-57, faz tornar público o ENCERRAMENTO do processo.

Diante do exposto, dá-se por encerrada a tramitação do feito nesta Comissão, sugerindo-se remessa dos autos à Advocacia-Geral do Estado, para providências nos termos do Art. 45, §2º do Decreto Estadual nº 46.668 de 15 de dezembro de 2014.

### Fundação Ezequiel Dias - Funed

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

MINUTA DE - FUNED/DPGF

BELO HORIZONTE, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

\* MINUTA DE DOCUMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUNED Nº 01/2025

A FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS – FUNED, entidade pública vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, com sede à Rua Conde Pereira Carneiro, nº 80, Bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Estadual nº 22.929/2018, pelo Decreto Estadual nº 47.442/2018, pela Instrução Normativa FUNED/PRES nº 02/2025, bem como pela sua Política de Inovação, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o presente Edital de Chamamento Público, com o objetivo de garantir a devida publicidade, transparência e regulamentação para eventual formalização de instrumento jurídico por meio de contratos. O presente Chamamento visa à seleção de Fundações de Apoio para prestação de serviços de gestão administrativa e financeira de projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, nos termos e condições estabelecidos neste edital.

DO OBJETO

O presente Edital tem por objeto a seleção de entidades privadas sem fins lucrativos, regularmente credenciadas junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – SEDE e à Fundação Ezequiel Dias – FUNED, para que atuem, por prazo determinado, na gestão, execução e suporte administrativo-financeiro de recursos vinculados a projetos específicos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, selecionados pela Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento – DPD.

COMISSÃO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES  
COMETIDAS POR FORNECEDORES

A Comissão de Apuração de Irregularidades cometidas por Fornecedores - CAIF, no uso da competência atribuída pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e pela Resolução SES/MG nº 7.353/2020, com fundamento nas razões constantes no Termo de Encerramento Processual SES/SUBGF-SILC-CAIF nº. 46/2025 (126995556); PAP nº 012/2022-DVCC (Processo SEI nº 1320.01.0100375/2022-50), em desfavor de VIAMED COMERCIAL LTDA - CNPJ: 64.306.913/0001-13, faz tornar público o ENCERRAMENTO do processo. Diante do exposto, dá-se por encerrada a tramitação do feito nesta Comissão.

Impossibilidade de notificação por meio postal, fica a demandada intimada por meio da imprensa oficial, nos termos do § 2º ao Art. 9º da Resolução SES n.º 7.353/2020.

O documento de Arrecadação Estadual poderá ser solicitado através do endereço eletrônico: comissao.apuracao@saude.mg.gov.br no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta publicação.

Em caso de inércia da demandada, os autos seguirão à Advocacia Geral do Estado, para providências nos termos do Art. 45, §2º do Decreto Estadual nº 46.668 de 15 de dezembro de 2014.

21 cm -10 2146413 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 3º Termo de Aditivo ao Convênio nº 1321003072/2022, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais/Fundo Estadual de Saúde e o Consórcio Intermunicipal Multisetorial do Entorno do Caparaó - CIS CAPARAO. Objeto: para prorrogar a sua vigência por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, passando o vencimento de 22/12/2025 para 22/12/2026 conforme justificativas contidas no processo eletrônico e no Plano de Trabalho, anexo a este Termo. Assinatura: 10/11/2025. Signatários: Luiz Fernando Prado de Miranda (Subsecretário de Regionalização) e Marinalva Ferreira (Presidente do Consórcio Intermunicipal Multisetorial do Entorno do Caparaó – CIS CAPARAO).

3 cm -10 2146471 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 4º Termo de Aditivo ao Convênio nº. 1321002866/2022, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais/Fundo Estadual de Saúde e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE. Objeto: ampliar a meta para utilização do saldo remanescente, conforme disposto no Plano de Aplicação de Recursos do Plano de Trabalho e justificativas contidas no processo eletrônico. Assinatura: 31/10/2025. Signatários: Renan Guimarães de Oliveira (Subsecretário de Acesso a Serviços de Saúde) e Márcio Lima de Paula (Representante Legal do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE).

3 cm -10 2146086 - 1

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 282/2025, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1321603 331/2024. Objeto: “aquisição de inseticida para atendimento ao programa de arboviroses, conforme especificações e condições previstas no edital e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição”. Empresas: S T Irajá Agrícola Lidan CNPJ 03.656.245/0001-60 e Épico Comércio de Produtos Saneantes LTDA, CNPJ 41.637.804/0001-83. Data da assinatura: 10/11/2025. Assinam: Eduardo Campos Prodscocimi pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Cleber Tavares dos Santos e Rafael Luis da Silva pela contratada. As informações detalhadas de todos os elementos da Ata podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www.compras.mg.gov.br/>.

3 cm -10 2146449 - 1

DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Termo de Doação Eletrônico Nº 5613/2025. Processo SEI Nº 1320.01.0070232/2023-78. Doador: Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MG). Donatário (a): Município de Paineiras. Objeto: 1 (uma) bomba costal pulverização motorizada. Valor total da doação: R\$1.604,91. Data de Assinatura: 07/11/2025.

2 cm -10 2146487 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1321127-0000029/2025

Objeto:Prestação deserviços e locação de software relacionado à estruturação de ambiente de interconectividade e a integração de dados da saúde e demais órgãos do Sistema Único de Saúde – SUS,conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência. O cadastramento de proposta inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. A sessão pública terá início no dia27/11/2025às 10horas no sito eletrônicowww.compras.mg.gov.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no referido site e também no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br). Dúvidas quanto a operacionalização do sistema, poderá ser realizada consulta ao manual de instrução para cadastramento e participação na sessão de lances encontra-se no link: https://compras.mg.gov.br/acesso-a-informacoes/manuais/.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2025

Thamiris Aguiar Maciel

Subsecretária de Gestão e Finanças

4 cm -10 2146331 - 1

## Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - Hemominas

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do 4º Termo ao Contrato Nº 9396.908/2023, que celebram entre si A Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – HEMOMINAS e a empresa CEI Comércio Exportação, Importação de Material Médico Ltda. Objeto: De acordo com o disposto no art. 57, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993 e na cláusula segunda do contrato original, fica o contrato prorrogado por12 (doze) meses, a partir de09 de novembro de 2025 até 08 de novembro de 2026. De acordo com o disposto no art. 65, inciso I, alínea "b", c/c art. 65, parágrafo 1º, c/c art. 65, parágrafo 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e na cláusula décima quinta do contrato original, o quantitativo dos itens 1 e 2 fica suprimido. De acordo com o disposto nos art. 58, inciso I, c/c art. 65, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/1993 fica alterado o cronograma de entrega, visando a adequação da execução do objeto, não importando em sua descaracterização ou em ônus à Administração, atendendo à solicitação do fiscal contratual. D.O.: 2321 10 302 087 4 212 0001 3 3 90 30 13 e2321 10 302 087 4 212 0001 3 3 90 39 19Fonte:10; Procedência: 1; IAG: 0; U.E: 2320002 e UPG: 231.

4 cm -10 2146421 - 1

A presente seleção fundamenta-se na natureza institucional da Fundação Ezequiel Dias como Instituição Científica e Tecnológica do Estado de Minas Gerais, cuja atuação se estrutura sobre atividades de pesquisa aplicada, inovação tecnológica e desenvolvimento de soluções voltadas às políticas públicas de saúde. Tais atividades, quando financiadas com recursos públicos, exigem regime de execução dotado de rigor técnico, rastreabilidade documental e conformidade com padrões normativos de controle interno e externo, em linha com os princípios da legalidade, eficiência, transparência e finalidade pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Os projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), por envolverem aquisições altamente especializadas, contratações técnicas específicas, administração de bolsas, gestão de importações, controle financeiro contínuo e prestação de contas a múltiplas instâncias fiscalizatórias, requerem estrutura organizacional distinta daquelas atividades operacionais rotineiras da Administração Pública. A execução direta de tais atividades pela estrutura permanente da FUNED acarretaria desvio de foco da função científica, aumento de riscos jurídicos e administrativos e restrição àquilo que constitui seu núcleo finalístico: a produção de conhecimento científico e tecnológico com impacto social.

Nesse cenário, o ordenamento jurídico brasileiro, atento à necessidade de preservar o foco técnico das ICTs e ao mesmo tempo garantir a adequada governança na aplicação dos recursos, instituiu e regulou, por meio da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), da Lei Estadual nº 22.929/2018 e do Decreto Estadual nº 47.442/2018, a possibilidade de celebração de parcerias com Fundações de Apoio, desde que previamente credenciadas e selecionadas mediante procedimento objetivo, público e impessoal.

A realização do chamamento público, portanto, constitui etapa estruturante da governança institucional da FUNED, permitindo:

a) assegurar isonomia e igualdade de oportunidades às entidades aptas;

b) aferir capacidade técnica, administrativa, operacional e financeira das instituições participantes;

c) mitigar riscos de execução, de integridade e de conformidade legal;

d) permitir que, na etapa de formalização das parcerias específicas, a Administração já disponha de um rol de entidades previamente avaliadas, garantindo eficiência, razoabilidade e tempestividade às decisões administrativas.

A atuação das Fundações de Apoio, uma vez selecionadas, não substitui as funções institucionais da FUNED, mas as complementa, dando suporte especializado à execução dos projetos de PD&I, sem afastar o controle finalístico, científico e estratégico que permanece sob direção e supervisão técnica da Fundação.

Assim, o presente Edital se justifica como medida necessária à implementação de modelo de gestão aderente ao regime jurídico das instituições de ciência e tecnologia, à eficiência na aplicação dos recursos públicos e à promoção de ambientes institucionais favoráveis ao avanço científico e à inovação tecnológica no Estado de Minas Gerais.

São objetos deste Chamamento Público as propostas das Fundações de Apoio para a gestão e execução de recursos dos seguintes projetos de pesquisa e desenvolvimento:

Dos Lotes

Lote	Sigla	Objeto do Lote	Valor aproximado (R\$)
1.1.1	SIA	Processo de desenvolvimento de matriz biotecnológica para obtenção de insumos críticos para suprir deficiências produtivas de betalactâmicas e de soro antitético	300.000,00
1.1.2	SE	Tratamento de Efluentes da Indústria Farmacêutica: Desenvolvimento de um Reator Biológico de Bancada para a Remoção de Misturas de Ativos da FUNED	299.940,00
1.1.3	STM	Desenvolvimento de um veneno sintético baseado em toxinas recombinantes consenso como alternativa biotecnológica para a produção de antivenenos botrópicos	300.000,00
1.1.4	SBC	Desenvolvimento de produtos biotecnológicos para tratamento/diagnóstico de doenças crônicas e infecciosas	300.000,00
1.1.5	SPDI	Integração de tecnologias diagnósticas e vigilância molecular aplicada à doença de Chagas e Leishmanioses no contexto da Saúde Única	300.000,00
1.1.6	SPAR	Abordagens proteômicas e imunológicas como inovação científica e tecnológica para o aprimoramento da produção de soros na Fundação Ezequiel Dias	299.976,00
1.1.7	SBVA	Lectinas tipo C, desintegrinas e peptídeos derivados de SVMPS: Interação com receptores plaquetários e implicações na metastase	300.000,00
1.1.8	SDTF	Implante polimérico biodegradável revestido por nanofibras poliméricas: otimização do produto para melhoria do tratamento de degeneração macular relacionada à idade	292.150,00
1.1.9	SFPF	Fitoterápicos em Foco: Desenvolvimento de Antifúngico e Cicatrizante – Subprojeto 1: Obtenção de fitoterápico com atividade cicatrizante; Subprojeto 2: Desenvolvimento de formulação farmacêutica antifúngica à base de Lafoensia pacari para o tratamento da Esporotricose	299.586,02
1.1.10	SRVO	Desenvolvimento de biotecnologias inovadoras para a saúde pública: bioprodutos com insumos apícolas e modelos experimentais que otimizam a reprodução de serpentes	300.000,00
1.1.11	DPD	Projeto IA.LAB: Desenvolvimento e utilização de inteligência artificial aplicada à pesquisa, desenvolvimento e inovação em saúde	2.513.526,00
1.1.12	DPD	Pesquisa, Desenvolvimento e Incorporação de Soluções e Tecnologias para o SUS: Inovação em PI&D para produtos canabinoides; suporte avançado em P&D para os projetos apoiados nesse edital; estudos para desenvolvimento de protótipos pilotos	5.239.960,00

Apoio financeiro à execução de projetos de PD&I

Será disponibilizado como aporte financeiro estimado o valor de até R\$ 10.745.138,02 (dez milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta e oito reais e dois centavos), a ser aplicado na execução de até 12 (doze) projetos distintos, conforme lotes acima identificados. O valor será acrescido das Despesas Operacionais e Administrativas (DOA), limitado à Portaria FUNED nº 128, de 15 de dezembro de 2022, conforme item 9, alínea “a”, inciso VI.

Cada projeto aprovado resultará na formalização de instrumento jurídico específico, de acordo com o fluxo de contratação ou celebração de convênio, seguindo as rotinas administrativas da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças – DPGF.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A Lei nº 22.929/2018, que regula a relação das Fundações de Apoio com as entidades estaduais previstas no art. 3º e seguintes, estabelece que as Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES e as demais Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICTs poderão celebrar convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

2.2. O art. 62 do Decreto Estadual nº 47.442/2018 estabelece que as ICTs públicas estaduais poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como do inciso VI do art. 29 da Lei Federal nº 13.303/2016, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação, englobando a gestão administrativa e financeira necessárias à execução desses projetos.

2.3. O credenciamento das Fundações de Apoio e a relação delas com as entidades públicas estaduais foram regulamentados pelos Decretos Estaduais nº 47.512/2018 e nº 47.442/2018, bem como pelas Resoluções SEDE nº 14/2020 e nº 23/2020.

2.4. O registro e credenciamento das Fundações de Apoio pela SEDE, disciplinado pelas Resoluções mencionadas, diferem do objeto da presente chamada, uma vez que aquele certifica e qualifica as instituições como Fundações de Apoio perante a SEDE, enquanto este edital funcionará como processo de seleção de Fundação de Apoio para execução dos projetos citados.

2.5. O processo de seleção reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual nº 22.929/2018, do Decreto Estadual nº 47.442/2018, da Instrução Normativa FUNED/PRES nº 02/2025, da Política de Inovação da FUNED, bem como por demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

DÓ PÚBLICO-ALVO

Poderão participar do presente Chamamento Público as instituições de direito privado, sem fins lucrativos, sediadas em qualquer unidade da Federação, devidamente credenciadas como Fundação de Apoio por ato conjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE e da FUNED, cujos estatutos prevejam finalidade compatível com o apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inovação e à gestão administrativa e financeira necessária à sua execução.

3.1. Para fins deste Edital, consideram-se dados pessoais e dados pessoais sensíveis aqueles definidos nos incisos I e II do art. 5º da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), devendo o tratamento desses dados observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização.

DOS PROJETOS

Seleção dos Projetos

A Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento – DPD, por meio da comunicação interna de seleção de propostas de projetos inserida no Processo SEI nº 2260.01.0009052/2025-14, definiu os projetos, conforme objetos deste Chamamento Público, a serem contemplados para seleção de Fundações de Apoio.

Detalhamento dos Projetos

Os projetos citados nos objetos deste Chamamento Público estão detalhados no Anexo I, com descrição clara de seus objetivos, cronograma físico-financeiro, metas e indicadores, bem como a indicação da equipe, contemplando coordenador(a), gestor(a) e fiscal.

Justificativa

A Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD) da FUNED atua de forma estratégica no fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação institucional no Estado de Minas Gerais. Suas iniciativas visam fortalecer a capacidade técnico-científica da Fundação, com impacto direto na promoção da saúde pública e no atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde – SUS.

Para assegurar a continuidade e a efetividade de suas ações, é necessário apoio financeiro e operacional voltado à execução de projetos, aquisição de insumos, bolsas e modernização da infraestrutura de pesquisa, conforme previsto nos projetos aprovados. Esse suporte é essencial para ampliar a capacidade de resposta da Fundação, promover a geração de conhecimento aplicado, fomentar a inovação em saúde pública e fortalecer parcerias estratégicas com instituições de ensino, pesquisa e com o setor produtivo.

A adequada gestão desses recursos é fundamental para consolidar um ambiente institucional propício à excelência científica, ao desenvolvimento tecnológico, à inovação e à geração de resultados, alinhados às políticas públicas de saúde e desenvolvimento sustentável.

Essa prática está em consonância com modelos já adotados por instituições públicas mineiras de ensino e pesquisa, como a EPAMIG, a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e diversos Institutos de Ciência e Tecnologia Federais, que contam com fundações de apoio para a viabilização técnica e financeira de seus projetos estratégicos.

Ao seguir essa mesma diretriz, a FUNED reforça sua capacidade de cumprir sua finalidade institucional, executar projetos com maior eficiência e ampliar seu impacto científico, tecnológico e social no âmbito do SUS.

DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação da Fundação de Apoio será formalizada nos moldes da Instrução Normativa FUNED/PRES nº 02/2025 e observará as disposições legais e regulamentares pertinentes, com vistas à adequada execução do objeto.

5.2. A contratação da Fundação de Apoio se dará por lotes específicos de projetos, conforme objeto deste Chamamento Público, gerando contratos individualizados para cada lote, promovendo transparência, tratamento isonômico, maior segurança jurídica e alinhamento institucional.

5.3. O presente Chamamento Público tem caráter meramente convocatório e não vinculativo, não implicando obrigação de contratação, celebração de convênio ou repasse de recursos pela Administração Pública. A participação dos interessados não gera direito subjetivo à formalização de contrato, convênio ou instrumento congêner, cabendo à Administração, de forma discricionária e motivada, decidir quanto à conveniência e à oportunidade da celebração do instrumento, de acordo com o interesse público e a disponibilidade orçamentária e financeira.

5.4. A Administração Pública poderá, a qualquer tempo e por razões de interesse público devidamente justificadas, revogar ou anular o presente Chamamento Público, sem que disso resulte direito à indenização ou ressarcimento de qualquer